



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAÍRA
 CNPJ Nº 09.143.074/0001-51

000054

CONTRATO Nº 30301/2023
DISPENSA Nº 00003/2023

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE MANAÍRA-PB, E A EMPRESA LS MULTIMÍDIA LTDA, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E MARKETING, PARA DIFUNDIR AS AÇÕES DO PODER LEGISLATIVO NO MUNICÍPIO DE MANAÍRA/PB, CRIANDO E DIVULGANDO MATERIAIS E PEÇAS PUBLICITÁRIAS, ALIMENTAÇÃO DAS REDES SOCIAIS OFICIAIS, TRANSMITINDO AO VIVO, VIA INTERNET, EM ÁUDIO E VÍDEO, AS SESSÕES ORDINÁRIAS, EXTRAORDINÁRIAS, ITINERANTES E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, SENDO INCLUSO A LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANAÍRA/PB.

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado **CÂMARA MUNICIPAL DE MANAÍRA/PB** - Praça Padre Cicero, S/N - Centro - Manaira- PB, CNPJ nº 09.143.074/0001-51, neste ato representada pelo presidente da Mesa Diretora, Sr. LUIS GONZAGA BARBOSA FIRMINO, Brasileiro, Casado, Vereador, residente e domiciliado à Rua Maria Barbosa Moreira, nº 118 - clube - Manaira - PB, CEP: 58995-000, CPF nº 504.949.291-20, RG nº 36.233.800-0 SSP/SP, doravante simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado **LS MULTIMÍDIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 27.472.225/0001-05, com sede Rua João Luis, S/N, centro, Juru/PB, CEP 58750-000, neste ato representado pela Sra. GLEIDIANE ESTEVAM DOS SANTOS SILVA, brasileira, casada, empresária, natural de Princesa Isabel/PB, portadora do RG nº 4.014.519, SSDS/PB, inscrita no CPF nº 701.479.384-57, doravante denominado, simplesmente **CONTRATADO**. Resolve celebrar o presente Contrato, de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato tem fundamentação legal na Lei 8.666/93 e especificamente no disposto no Art. 24, inciso II, e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO CONTRATO

Constitui objeto do contrato a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de publicidade e marketing, para difundir as ações do poder legislativo no município de Manaira/PB, criando e divulgando materiais e peças publicitárias, alimentação das redes sociais oficiais, transmitindo ao vivo, via internet, em áudio e vídeo, as sessões ordinárias, extraordinárias, itinerantes e audiências públicas, sendo incluso a locação de equipamentos, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Manaira/PB, conforme descrição do termo de referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor total estimado deste contrato é de **R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais)** a ser pago mediante comprovação da prestação do serviço.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAÍRA
 CNPJ Nº 09.143.074/0001-51

000055

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.100 CÂMARA MUNICIPAL
 01 031 1001 2002 MANUTENÇÃO DE OUTRAS DESPESAS LEGISLATIVAS
 000012 3390.40 99 SERV. DE TECNOL. DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VALIDADE

O prazo de execução do presente contrato será de **05 (cinco) meses** contados a partir da assinatura do contrato, ou seja iniciando em 24 de março de 2023 até 23 de agosto 2023, podendo o mesmo ser prorrogado a critério da administração, com base no inciso II do Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA- OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

1. Executar devidamente o fornecimento descrito na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
2. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
3. Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
4. Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
5. Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
6. Não ceder, transferir ou sub-contratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
7. Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.
8. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
9. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de garantia ou validade se for o caso;
10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
11. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

CLÁUSULA SEXTA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 1 - Notificar a Contratada, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do especificado neste Contrato;
- 2 - Efetuar o pagamento relativo ao fornecimento efetivamente realizados, de acordo com as respectivas



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAÍRA
 CNPJ Nº 09.143.074/0001-51

000056

cláusulas do contrato:

3 - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para o fiel cumprimento do contrato:

CLÁUSULA SÉTIMA- DO ADITAMENTO E DO REAJUSTAMENTO

1 - O presente contrato não sofrerá reajuste, mas poderá ser modificado mediante Termo Aditivo, ou rescindido de pleno direito, no caso de inadimplência contratual por qualquer das partes contratantes, reservando-se à parte que se achar prejudicada, o direito de reclamar perdas e danos, observando-se as formalidades legais.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

1 - A responsabilidade pela FISCALIZAÇÃO da execução deste Contrato ficará a cargo da Secretária Executiva, através de um servidor designado, que também será responsável pelo atesto das notas fiscais.

2 - Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da CONTRATADA, os titulares da fiscalização deverão de imediato, comunicar por escrito ao órgão superior da administração do CONTRATANTE, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei.

CLÁUSULA NONA - DA FORMA DE PAGAMENTO

a) O pagamento será efetuado na Tesouraria do Contratante, mediante processo regular, da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento. O pagamento será efetuado em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

b) Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do Contrato com o CONTRATANTE poderá, garantida prévia defesa, além de rescindir o Contrato, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

1 - Advertência;

2 - Multa de 10% do valor do contrato.

3 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o município, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

4 - Declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o município.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO:

1 - O contrato será rescindido de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem qualquer espécie de indenização, nos casos previstos nos artigos 77 e 78, obedecendo, ainda, ao disposto nos artigos 79 e 80 da Lei Federal nº 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

1 - Fica eleito o Foro da cidade de Princesa Isabel, Estado da Paraíba, como competente para dirimir todas as dúvidas e questões oriundas deste CONTRATO, renunciando as partes contratantes a qualquer outro, por mais especial e privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

1 - De conformidade com o disposto no art. 61, § 1º da Lei nº 8.666/93, o presente contrato será publicado, na forma de extrato, no Diário Oficial do Município e Demais órgãos da imprensa que se fizer necessário.

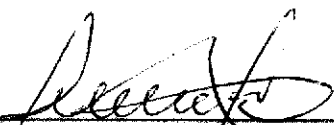



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAÍRA
CNPJ Nº 09.143.074/0001-51

000057

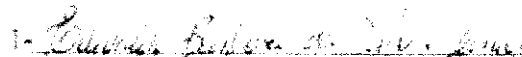

É, por estarem os contratantes, mutuamente justos e acordados, assinam o presente CONTRATO, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo firmadas, a tudo presentes.

Manaíra-PB, 24 de março de 2023.


LUIS GONZAGA BARBOSA FIRMINO
 Presidente da câmara Municipal de Manaíra/PB
CONTRATANTE


LS MULTIMÍDIA LTDA
 CNPJ: 27.472.225/0001-05
CONTRATADA

Testemunhas:

1- 
 Nome: EDIVALDO CARLOS DE OLIVEIRA FOMICA
 CPF: 11.549.984-00
 2- 
 Nome:
 CPF: 101.822.724-51